

EDUCAÇÃO AMBIENTAL SOBRE A AMAZÔNIA (EAA): UMA PROPOSTA ORIENTADA POR ASPECTOS DO JORNALISMO

Maurício Pimentel Homem de Bittencourt¹

Myrian Regina Del Vecchio-Lima²

Resumo: Este ensaio teórico enuncia uma proposta de Educação Ambiental sobre a Amazônia (EAA) orientada por aspectos do jornalismo. A premissa teórica aponta que a EAA contribui para qualificar o debate sobre a questão ambiental amazônica (QAA), na medida em que busca educar adultos em espaços formais e não formais, com agilidade e foco em perspectivas estruturais, políticas e econômicas da QAA. Utilizou-se o método da pesquisa bibliográfica exploratória não sistematizada, com ênfase qualitativa. Conclui-se que o jornalismo como forma de conhecimento agrega perspectivas importantes e oportunas às ações de EAA, em aspectos como a síntese, a atualidade e a primazia do interesse público.

Palavras-chave: Amazônia; Educação Ambiental; Jornalismo; Ciências Ambientais.

Abstract: This theoretical essay sets out a proposal for environmental education about the Amazon (EAA) guided by aspects of the journalism. The theoretical premise points out that EAA contributes to qualifying the debate on the Amazon environmental issue (QAA), as it seeks to educate adults in formal and non-formal spaces, with agility and focus on structural, political and economic perspectives of the QAA. The method of non-systematized exploratory bibliographical research was used, with a qualitative emphasis. It is concluded that journalism as a form of knowledge adds important and timely perspectives to EAA actions, in aspects such as synthesis, current affairs and the primacy of public interest.

Keywords: Amazon; Environmental Education; Journalism; Environmental Sciences.

¹Universidade Federal do Acre. E-mail: mauricio.bittencourt@ufac.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1737788955086006>

²Universidade Federal do Paraná. E-mail: myriandel@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4947077903846585>

Introdução

É urgente qualificar o debate sobre a questão ambiental amazônica (QAA) na sociedade em geral. O assunto está presente em várias esferas de discussão, move interesses em todo o mundo, mas o bioma continua a ser devastado eficientemente, por diversos motivos, dia a dia. Não bastam planos de governo para fiscalização e controle de desmatamento: a mobilização das pessoas continua essencial para o esforço cultural, científico, político e econômico de barrar a destruição da Amazônia, o que ocorrerá caso se identifiquem outras opções de desenvolvimento e se considere que a conservação da floresta seja de interesse público. Para isso, presume-se que os cidadãos e cidadãs conheçam o contexto amazônico.

A magnitude da destruição sistemática da floresta indica que o processo só pode ser combatido em grande escala com a participação da maioria da população amazônica, somada a grupos de especialistas e a todos os setores do Estado. Por ora, o caminho da exploração de recursos naturais e eliminação da floresta para fins agropecuários permanece hegemônico como modelo de desenvolvimento, segundo a lógica econômica vigente desde a colonização. As causas e a profundidade dessa lógica devem ser compreendidas para que o problema seja enfrentado.

Assim, a Educação Ambiental sobre a Amazônia (EAA) surge com os objetivos de alcançar expressivo número de pessoas e ampliar o escopo temático do debate sobre a questão ambiental amazônica (QAA), incluindo temas atuais e dinâmicos, a alta complexidade política e econômica, sem negligenciar questões históricas e estruturais. Propõe-se chegar a essa população com assertividade, contribuindo para o compartilhamento do conhecimento sobre um tema atravessado por fortes argumentos ideológicos. A qualificação do debate também é desejável em espaços especializados, particularmente entre integrantes de governos, políticos, pesquisadores e cientistas, em países amazônicos ou distantes da região.

Neste texto ensaístico, apresenta-se a Educação Ambiental sobre a Amazônia (EAA) orientada por aspectos do jornalismo, em pesquisa de estágio de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (PPGMade/UFPR). Pretende-se enunciar e desenvolver a proposta teórica, levantar hipóteses e sugerir procedimentos que serão abordados em futuras pesquisas na região amazônica. Utilizou-se o método da pesquisa bibliográfica exploratória não sistematizada, com livre análise de textos sobre Amazônia, Educação Ambiental (EA) e jornalismo como forma de conhecimento, constituindo uma pesquisa qualitativa. As reflexões e análises balizam-se pelas experiências dos autores no ensino universitário de comunicação, jornalismo e meio ambiente.

Propõe-se uma Educação Ambiental direcionada a adultos, em espaços formais e não formais, a fim de contribuir para a qualificação das discussões em diversos segmentos da sociedade. Na influência do jornalismo busca-se, entre outros aspectos, a aproximação com a população por meio de uma

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 2: 233-248, 2025.

linguagem que, embora técnica, é mais próxima da coloquial, sem perder a profundidade. O jornalismo propõe a divulgação de conhecimento por meio de temas da atualidade, combinados a questões históricas, culturais, científicas, políticas e econômicas no sentido de compreender a complexidade que envolve o diálogo sobre a QAA. Entende-se que o jornalismo pode trazer para a EAA perspectivas como a interdisciplinaridade, a primazia do interesse público e a capacidade de síntese (Traquina, 2004; Alsina, 2009). Propõe-se o uso de elementos do jornalismo em texto, audiovisual e áudio, convenientes para as redes sociais digitais, sem renunciar à profundidade das informações (Canavilhas, 2014).

Tais aspectos visam à qualificação de um debate marcado por contradições que dificultam a compreensão do panorama geral. Por exemplo: mudanças no ambiente amazônico provocam repercussões globais, mas essas ações de impacto ambiental organizam-se localmente, em estados periféricos e empobrecidos; a devastação ganha eficiência a cada ano, mas suas causas têm lastro na história; há várias amazônias, cada uma com peculiaridades socioculturais e políticas, mas aborda-se o assunto em bloco, o que significa grande desafio devido às dimensões da região. São cerca de sete milhões de km² distribuídos por nove países (Aragón, 2018; Ribeiro, 2005; Tilio Neto, 2010); por volta de 70% desse território encontra-se no Brasil.

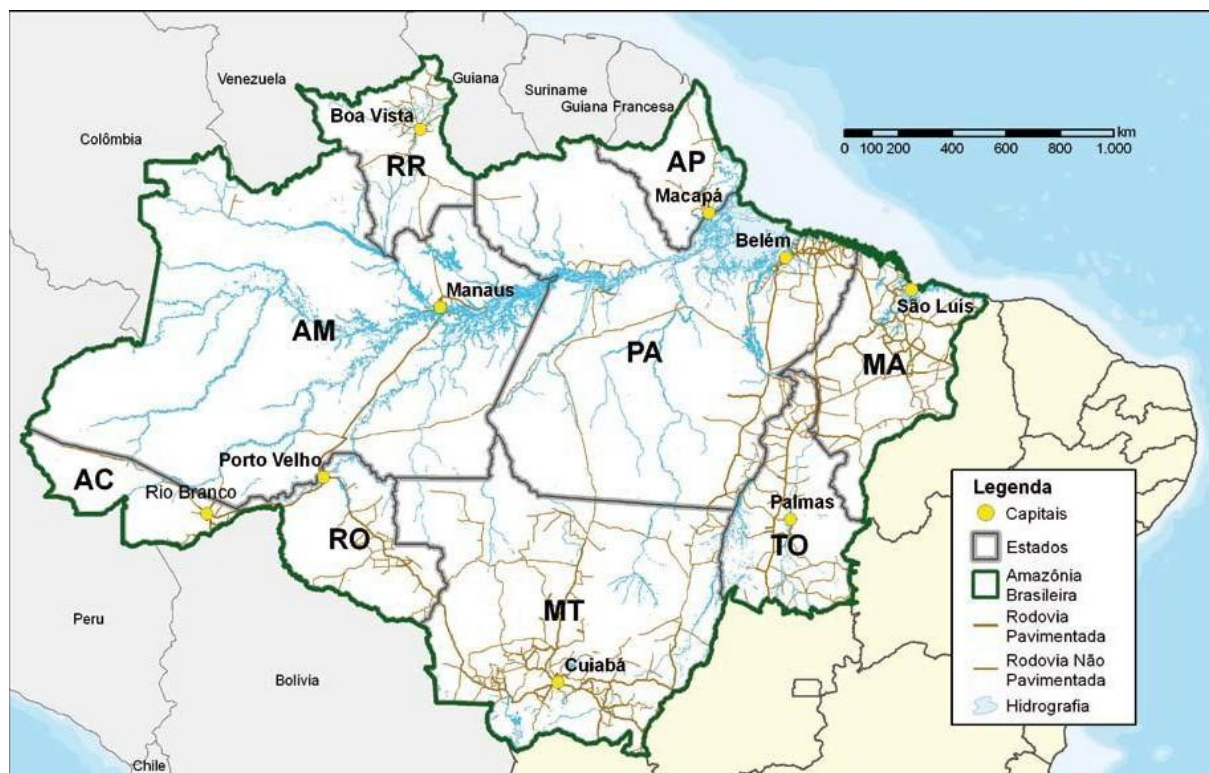


Figura 1: mapa da divisão político-administrativa da Amazônia brasileira (Brasil, 2008).

A “Amazônia Legal” brasileira ocupa aproximadamente cinco milhões de km² ou cerca de 60% do território do país (Brasil, 2008; Tilio Neto, 2010). Foi definida por lei em 1953 “como área de intervenção para políticas econômico-regionais” (Mello, 2006, p. 28) e abrange nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Maranhão. Entre os três critérios mais usados (hidrográfico, ecológico e político-administrativo) para delimitar a região amazônica (Aragón, 2018), neste artigo será privilegiado o aspecto político-administrativo (figura 1), tendo em vista o contexto regional que se deseja estudar.

A sociedade amazônica em foco

São inúmeras as possibilidades de descrever a grandeza desse território. Pesquisas comprovam a importância global da região amazônica no cenário ambiental e climático, ao mesmo tempo em que evidenciam a sua vulnerabilidade diante de atividades econômicas predatórias (Lovejoy; Nobre, 2018; Portella *et al.*, 2022). As pesquisas também revelam a ocorrência de mais eventos climáticos extremos (Silva *et al.*, 2023), anunciando a necessidade de políticas públicas de adaptação e mitigação contra os impactos das mudanças climáticas na Amazônia.

De fato, estudos científicos demonstram que a Amazônia tem grande influência na regulação climática e, simultaneamente, sofre as consequências das mudanças do clima. Para Freitas e Freitas (2016), o desmatamento na Amazônia é responsável por aumentar em até 2%, as emissões de CO₂ no mundo. Relatório de Nobre (2014) aponta o bioma como fundamental na regulação do clima e das chuvas de toda a região, enquanto o desmatamento progressivo faz com que a floresta perca a capacidade de exercer essa regulação, impactando vários pontos do globo.

No entanto, neste trabalho propõe-se o debate sobre as ações humanas na Amazônia, em detrimento da abordagem puramente ecológica. Para conservar o bioma, discute-se a sociedade amazônica e sua dinâmica. Milton Santos afirma que uma “sociedade e ‘sua’ natureza, isto é, a porção da ‘natureza’ da qual ela extrai sua produção, são indivisíveis e, conjuntamente, chamam-se ‘formação social’” (2008, p. 29). Infere-se que a proteção do ambiente amazônico depende dos rumos da sociedade ali situada, inseparável da floresta, do solo, do rio. A dinâmica dessa sociedade é o fator capaz de decidir pela conservação ou pela destruição do equilíbrio ecológico do bioma.

Ao longo dos séculos, a sociedade da Amazônia sofreu intervenções com objetivos geopolíticos externos, conformando-se como uma “região nunca vista a partir de sua própria realidade” (Porto-Gonçalves, 2008, p. 26). Essa disputa entre a visão interna e a visão externa tem raízes históricas na colonização, com a hegemonia da visão externa traçando os rumos da sociedade amazônica. Atualmente, quando ações locais são necessárias em prol do meio ambiente global, essa sociedade vê-se com dificuldade de reverter o processo em que foi inserida.

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 2: 233-248, 2025.

Becker (2009) analisa as várias fases históricas da região e observa a ocorrência de surtos de desenvolvimento vinculados à alta internacional de alguns produtos, sucedidos por momentos de estagnação econômica, em um movimento cíclico desagregador. Nota-se a vigência de uma relação sociedade-natureza baseada na exploração de recursos naturais supostamente infinitos. A autora aponta a importância da geopolítica em uma ocupação feita por meio de ações externas, controlando o território sem aumentar proporcionalmente a população, agindo pela atuação em lugares estratégicos. No período de 1930 a 1985 – com períodos de ditadura civil e militar – Becker (2009) destaca a marca do planejamento e da intervenção do governo, com migração, concentração fundiária e desmatamento, processos vinculados aos grandes projetos amazônicos.

Que lições podem ser extraídas desse processo? O privilégio atribuído aos grandes grupos e a violência da implantação acelerada da malha tecno-política, que tratou o espaço como isotrópico e homogêneo, com profundo desrespeito pelas diferenças sociais e ecológicas, tiveram efeitos extremamente perversos, destruindo, inclusive, gêneros de vida e saberes locais historicamente construídos. Tais são lições de como não planejar uma região (Becker, 2009, p. 27).

Uma nova fase histórica inicia-se na década de 1980, com a exaustão da política de interferência do Estado na região e o início de um movimento de resistência das populações tradicionais, simbolizado pela criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, no Acre (Becker, 2009). Era o início da pressão ambientalista, em meio à resistência social e à crise do Estado, configurando uma fronteira socioambiental de vários projetos na Amazônia.

A fronteira socioambiental reproduz o modelo de desenvolvimento endógeno, voltado para uma visão interna da região e para os habitantes locais, introduzindo uma nova e fundamental potencialidade para a Amazônia. E sua importância transcende as populações envolvidas – os experimentos em curso são formas locais de solução de um problema global: a proteção da biodiversidade (Becker, 2009, p. 28).

Começava um processo de valorização da visão interna (endógena) sobre a região, após séculos em que a visão externa teve hegemonia inquestionável. Entende-se que a visão externa ainda prevalece, principalmente nos processos socioeconômicos e políticos, em decorrência dos séculos em que lançou suas raízes na sociedade amazônica. Mas em alguns âmbitos, como nas pesquisas científicas, as soluções internas começaram a ser conhecidas e valorizadas por apresentarem propostas sólidas para a proteção da biodiversidade. Nesse sentido, destacam-se formas inovadoras de governança e apropriação do território por grupos sociais como povos

originários e populações ribeirinhas. O respeito a esses grupos é condição para a conservação do bioma, tendo em vista que tais populações detêm o conhecimento de formas alternativas de desenvolvimento, diferentes da relação sociedade-natureza orientada pela exploração de recursos naturais. Torna-se necessário reavaliar essa relação para debater a questão ambiental amazônica (QAA), definida como “questão eminentemente política e socioeconômica que discute a relação sociedade-ambiente na Amazônia e a apropriação social dos recursos naturais públicos da Amazônia” (Bittencourt, 2018, p. 106). Coloca-se a hipótese de que a condição para conservar a floresta seja o amplo diálogo sobre a QAA, envolvendo todos os grupos socioeconômicos da Amazônia.

Para contribuir com esse debate apresenta-se a Educação Ambiental sobre a Amazônia (EAA): uma proposta orientada por aspectos do jornalismo. Constitui-se uma discussão complexa por incluir os fundamentos do poder político e econômico da região. Para adentrar nesse debate examinam-se perspectivas negligenciadas historicamente, pois são críticas ao modelo exploratório de desenvolvimento. Nesse modelo, a implantação da malha tecno-política supracitada (Becker, 2009) submeteu sociocultural e politicamente os grupos sociais que se deseja ouvir agora. Não é um processo simples em uma conjuntura que impõe urgência para tentar evitar o fim do bioma, de acordo com a ideia da proximidade de um ponto de inflexão para a quebra do ciclo hidrológico da Amazônia (Lovejoy; Nobre, 2018).

A exploração da Amazônia ganha cada vez mais eficiência, recursos tecnológicos e estratégias políticas institucionalizadas. Novoa Garzon, Silva e Ribeiro (2022) identificaram o aprofundamento do perfil neoextrativista da região, em sincronia com ações de flexibilização de direitos territoriais e de normativas ambientais em Rondônia (Brasil) e Beni (Bolívia). Tal processo de simplificação territorial e redução política compõe-se de marcos regulatórios encomendados por investidores; formações discursivas pró-abertura de fronteiras e sem pactuação social; militarização e paramilitarização dos territórios (Novoa Garzon; Silva; Ribeiro, 2022). A pesquisa revela como o poder local dos estados amazônicos contribui para que a diversidade territorial seja reduzida a um projeto utilitarista e mercantil, sintetizando povos e territórios em termos de custos e riscos financeiros.

No caso brasileiro, tanto o governo federal como governos estaduais da chamada Amazônia legal tendem a ser leiloeiros dessas riquezas, na melhor das hipóteses, organizam a fila da pilhagem, intercalando portfólios de investimentos em minério, em petróleo, hidrelétricas, áreas agrícolas e centros logísticos. Nossa hipótese é que, no entorno de empreendimentos neoextrativistas de larga escala na Amazônia, processos de desterritorialização e de reterritorialização consumam-se celeremente, pelo grau de interpenetração dos consórcios empresariais com os aparelhos governamentais regulamentadores e fiscalizadores (Novoa Garzon; Silva; Ribeiro, 2022, p. 118).

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 2: 233-248, 2025.

Com o objetivo de compreender questões complexas como essa, envolvendo políticas de Estado acima das perspectivas de governos, a EAA propõe que assuntos da atualidade sejam abordados em conexão a temas históricos. Presume-se que esse lastro na história seja fundamental para a leitura dos cenários contemporâneos, demonstrando que o problema se aprofunda com novas estratégias. Como levar esses temas ao grande público? Como compreender a urgência de conservação da Amazônia sem conhecer pesquisas científicas sobre a região? Como avaliar a legitimidade dessas pesquisas sem conhecer estudos semelhantes? Como contribuir para que pessoas de diversas sub-regiões amazônicas saibam o que acontece nas outras sub-regiões? A EAA orientada por aspectos do jornalismo inclui essas questões, com o comprometimento da educação e a agilidade do jornalismo.

Educação Ambiental (EA) crítica e Comunicação

A área da Educação tem profundo compromisso com o interesse público e com os valores democráticos da sociedade. Desta forma, apresenta-se uma proposta que privilegia o campo da Educação por visar a formação das pessoas. Sejam estudiosos do assunto, governantes, interessados (as), sejam da Amazônia ou de outros locais, essas pessoas vão dar corpo ao grande esforço político de tentar conservar o bioma amazônico. Propõe-se um projeto duradouro e sólido com esse objetivo. A educação insere-se institucionalmente junto a estruturas públicas estabelecidas, como ambientes formais de educação para adultos em universidades públicas. Essas estruturas de educação constituem-se espaços propícios para a EAA formal ou não formal. Sugerem-se cursos de extensão, palestras, momentos de formação vinculados a pesquisas, cursos livres, disciplinas especiais, disciplinas de graduação e pós-graduação.

A Educação Ambiental (EA) traz o tema do meio ambiente como parte de seu estatuto. Dias (2022) lista conceitos de EA apontando que essas definições variam de acordo com o entendimento do conceito de meio ambiente. “O conceito de meio ambiente, reduzido exclusivamente a seus aspectos naturais, não permitia apreciar as interdependências nem a contribuição das ciências sociais e outras à compreensão e melhoria do ambiente humano” (Dias, 2022, p. 101). Em meio aos conceitos de EA surgidos ao longo do tempo, o autor ressalta perspectivas como a formação de cidadãos em conhecimentos ambientais com o objetivo de atuar na sociedade; inter-relações entre as pessoas, a cultura e o ambiente; processos de formação e informação para desenvolver consciência crítica sobre questões ambientais; aprendizagem sobre o gerenciamento das relações entre sociedade e ambiente; aprendizagem sobre o quadro global que envolve a questão ambiental (história, valores, percepções, fatores econômicos e tecnológicos); dimensões socioeconômicas, políticas, culturais e históricas de cada país; processo de aprendizagem permanente e na Conferência de Tbilisi (1977),

a EA foi definida como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, voltada para a resolução de problemas concretos do meio ambiente, através de um enfoque interdisciplinar e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade (Dias, 2022, p. 101).

O Brasil revela-se pioneiro no desenvolvimento da EA na América Latina, sendo o único país da região a dispor de uma política nacional específica, prevista em lei (Dias, 2022). A Política Nacional de EA foi instituída pela lei 9.795/99, na qual estabelece-se a EA como um componente educacional essencial em todos os níveis da educação brasileira. "A Política Nacional de Educação Ambiental trabalha com o viés crítico, transformador e emancipatório, baseada na participação, na motivação e na reflexão" (Klunk; Mazzarino; Turatti, 2018, p. 12). A lei apresenta referências aos meios de comunicação como colaboradores na disseminação de informações sobre meio ambiente e, na seção sobre EA não formal, os meios de comunicação são citados como parceiros (Brasil, 1999).

Duarte e Lima (2014, p. 181) salientam que "as interfaces entre os campos comunicacional, educacional e ambiental ocorrem, na maioria das vezes, de maneira desconexa entre si". Ao conectar esses campos, propõem uma tríade holística ajustada a uma postura crítica, de base freireana, comprometida com a cidadania e com uma ética de responsabilidade em relação ao ambiente e ao ser humano. Essa visão, segundo Pena-Vega (2023), almeja uma identidade terrestre no âmbito de uma ética global, o que Morin (2000) chama de educação para o futuro ou cidadania planetária. Assim, "ao se relacionar a comunicação com a ideia de cidadania planetária, exclui-se dessa concepção todo e qualquer tipo de comunicação que fala de meio ambiente de forma rasa, desconexa, descontextualizada e não instrutiva ou questionadora" (Del Vecchio de Lima *et al.*, 2015, p. 82).

A comunicação ambiental conectada à área da Educação surge como um campo de possibilidades relacionadas à expansão do conhecimento sobre as questões interdisciplinares do campo socioambiental. Del Vecchio de Lima *et al.* (2015), ao revisar o conceito de comunicação ambiental, traz as definições de Cox (2009), que a entende como constitutiva, pois contribui para a construção de reflexões e de representações sobre meio ambiente.

A comunicação ambiental ajuda a transformar certas questões em problemas, mudando, aos poucos, nossa consciência sobre o que ocorre no planeta; e, ao promover o debate, pode construir esferas de influência, criando espaços para a construção coletiva e a discussão de ideias (Del Vecchio de Lima *et al.*, 2015, p. 81).

Propõe-se a conexão entre as áreas da Educação, Meio Ambiente e Comunicação, campo científico em que se insere o Jornalismo, o qual colabora para a construção de uma EAA interdisciplinar, que sintetiza, organiza e hierarquiza informações no contexto de superabundância de informações. Trata-se de um projeto coerente com o caráter crítico, transformador e emancipatório da Política Nacional de Educação Ambiental, além de prever a conexão da EA com a área da Comunicação, igualmente sugerida na lei 9.795/99. O Jornalismo inclui-se para participar como uma forma de conhecimento holístico e sintético, colaborando para a leitura de uma Amazônia complexa e de interesse público global.

Jornalismo como forma de conhecimento

O jornalismo configura-se como uma atividade imprescindível no contexto democrático, uma vez que tem o objetivo de informar o público para o exercício da democracia. Um conjunto de características e valores norteiam a prática jornalística, destacando-se a autonomia do jornalista, a credibilidade, a exatidão da informação, a verdade e o uso de técnicas que buscam a objetividade (Traquina, 2004). O autor aponta que a opção pela objetividade leva os jornalistas a procedimentos como a exposição de versões conflituosas sobre um fato; a apresentação de provas e de fatos aceitos como verdadeiros; o uso responsável de declarações das fontes e a organização da notícia em um conteúdo que começa com as informações mais significativas.

Por outro lado, Moraes (2019) argumenta que a objetividade precisa ser reciclada. Propõe “o jornalismo de subjetividade como um instrumento que subverte critérios da noticiabilidade [e] amplia espaço para novas representações” (Moraes, 2019, p. 205), destacando que essa perspectiva continua a exigir apuração profunda e checagem de dados. Outro conceito importante para o exercício do jornalismo é a imparcialidade, entendida por Lage (1985) como uma aproximação com a ciência, visto que propõe a aceitação dos limites da observação empírica para interpretar e delimitar fatos. Desta forma, no jornalismo as informações devem ser processadas com objetividade e imparcialidade, de acordo com os interesses da sociedade, agregando inserções subjetivas e questionando a imparcialidade falaciosa. A estrutura clássica da mensagem jornalística é a notícia, editada conforme a configuração do meio de comunicação (áudio, audiovisual, texto, multimeios em plataformas digitais etc.). Considera-se a reportagem como um aprofundamento da notícia (Bahia, 1990; Lage, 1985; Medina, 1988).

Todo texto jornalístico inicia-se com a pauta. “A pauta deve indicar de que maneira o assunto será abordado, que tipo e quantas ilustrações, o tempo de apuração, os deslocamentos da equipe, o tamanho e até o estilo da matéria; para tudo isso, é preciso dispor de dados” (Lage, 1985, p. 47). A pauta orienta o conteúdo de um meio de comunicação jornalístico, de acordo com a linha editorial, a posição política e o modelo econômico. Projeta-se a estratégia de uma reportagem, sugerindo perguntas e direcionando decisões. A pauta será

um dos principais aspectos de jornalismo aplicados à proposta de Educação Ambiental sobre a Amazônia (EAA), norteando a definição dos assuntos a serem abordados nas ações pedagógicas.

O jornalista pode pautar novas estratégias de produção de sentido e articular o diálogo de saberes necessário para o debate da QAA. Entende-se o jornalista como um “mediador social”, agente cultural capaz de enunciar demandas coletivas em um processo comunicativo, interativo, socialmente relevante (Medina, 2003). Destaca-se o papel do jornalista como agente executor de uma ação relevante na sociedade, ao contrário do entendimento do jornalista como um simples difusor de conhecimento. Medina (2006) propõe uma prática jornalística em que o jornalista age como mediador social, articulando os discursos da atualidade; um produtor de sentidos e de conhecimento, alinhado aos debates complexos da contemporaneidade, os quais incluem o combate às *fake news* e à desinformação.

Meditich (1997) aponta o Jornalismo como meio de conhecimento, mas sem a profundidade da Ciência ou da História. Circunstancialmente, a menor profundidade em relação a outras áreas do conhecimento resulta em uma vantagem para o jornalismo, mantendo a atenção das pessoas ao organizar informações essenciais por meio da objetividade e da síntese. Admite-se que o jornalismo revela a realidade de forma diferente, sendo capaz de mostrar pontos de vista que outras formas de conhecimento não conseguem apontar.

Além desta maneira distinta de produzir conhecimento, o jornalismo também tem uma maneira diferenciada de o reproduzir, vinculada à função de comunicação que lhe é inerente. O Jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais. A hipótese de que ocorra uma reprodução do conhecimento, mais complexa do que a sua simples transmissão, ajuda a entender melhor o papel do Jornalismo no processo de cognição social (Meditich, 1997, p. 3).

Desenvolve-se a proposta teórica a partir de pressupostos que embasam e abrem caminho para a aceitação do jornalismo como forma de conhecimento. Entre esses pressupostos, Meditsch (1997) destaca a compreensão das linguagens como produtos históricos e culturais, questionando a existência de verdades absolutas; a total superação do esquema da comunicação enquanto transferência mecânica de mensagens do emissor ao receptor; a aceitação de que a aprendizagem não é um processo de depósito de conhecimentos, mas uma operação cognitiva na qual quem aprende tem papel ativo. Nesse contexto, o jornalismo mantém a sua especificidade ao pretender revelar a novidade.

A revelação da novidade é um dado estrutural da retórica do Jornalismo – a conclusão a que conduz a sua argumentação. A forma com que chega a esta novidade também é diferente daquela utilizada pela ciência. Enquanto a ciência, abstraindo um aspecto de diferentes fatos, procura estabelecer as leis que regem as relações entre eles, o Jornalismo, como modo de conhecimento, tem a sua força na revelação do fato mesmo, em sua singularidade, incluindo os aspectos forçosamente desprezados pelo modo de conhecimento das diversas ciências (Meditsch, 1997, p. 8).

Ressalta-se que “o conhecimento produzido pelo jornalismo é mais sintético e mais holístico do que aquele produzido pela ciência” (Meditsch, 1997, p. 9). O jornalismo produz conhecimento apresentando sinteticamente a novidade, a singularidade dos fatos, o jogo de forças políticas e os conflitos envolvidos nos acontecimentos. Assim, pode contribuir para a EAA facilitando a compreensão ágil e dinâmica da complexidade da questão ambiental amazônica (QAA).

Educação Ambiental sobre a Amazônia orientada por aspectos de jornalismo (EAA)

A Educação Ambiental sobre a Amazônia orientada por aspectos do jornalismo (EAA) surge em momento de grande preocupação com a Amazônia. A emergência climática gera prejuízos e os argumentos pró-ambiente começam a ser mais aceitos. As pessoas preocupam-se com os lugares que ainda podem ser salvos. E a Ciência Ambiental continua a propor soluções. Evidencia-se a necessidade de olhar para todos os setores da sociedade amazônica para entender a dinâmica da devastação do bioma: populações tradicionais, ciência, empresas, agronegócio, políticos. O conhecimento da QAA contribui para qualificar o debate sobre política, economia, relação sociedade-ambiente e a apropriação social dos recursos naturais públicos na Amazônia. Qualificar o debate significa, entre outras coisas, compreender a realidade amazônica antes de propor soluções. Com isso, prevê-se o surgimento de soluções duradouras e adaptadas à realidade local.

Coerente com a opção pela EA crítica e com foco na resolução de problemas, a fim de formar cidadãos e cidadãs conscientes da importância do bioma amazônico, do interesse público e das vantagens da conservação da Amazônia; em sintonia com a ideia do jornalismo como forma de conhecimento, com síntese, objetividade e subjetividades necessárias, imparcialidade, credibilidade e respeito aos fatos; considerando o jornalista um mediador social, produtor de sentidos e de conhecimento, propõe-se abaixo uma definição de EAA.

Definição de EAA: Educação Ambiental sobre a Amazônia orientada por aspectos do jornalismo (EAA) é uma ação pedagógica, formal ou não formal,

dirigida ao público adulto, diverso, baseada em um conteúdo com temas atuais da realidade local da Amazônia, relacionados a qualquer impacto ao meio ambiente da região em seus aspectos políticos, econômicos, culturais e da apropriação social dos recursos naturais, com o objetivo de qualificar o debate sobre a QAA em diversas esferas de discussão.

Os principais aspectos de jornalismo propostos para a EAA são: (a) a pesquisa e definição de temas ambientais da atualidade a serem abordados, por meio do critério de interesse público da sociedade brasileira e amazônica; (b) a imparcialidade que direciona a ouvir as diversas vozes envolvidas no funcionamento da sociedade amazônica; (c) agilidade e síntese na abordagem do conteúdo; (d) geração de conhecimento durante as ações pedagógicas de EAA, a partir de atividades de pesquisa, reportagens e entrevistas.

Objetivo geral: contribuir para qualificar o debate da QAA e para distribuí-lo por todas as esferas intelectuais e classes sociais, colaborando para o exercício da democracia na definição sobre os rumos da Amazônia.

Objetivos específicos:

- Promover cursos em locais como universidades públicas e comunidades, por meio de projetos de extensão e pesquisa;
- Gerar conteúdo educativo-jornalístico para publicar em diversas plataformas, especialmente no formato audiovisual e multimídia, com vídeos curtos, áudios, infográficos etc., passíveis de serem utilizados em outras atividades de EAA;
- Propor discussões que incluam povos originários, tradicionais, empresários, produtores do agronegócio, políticos etc. em uma mesma mesa de debate;
- Contribuir para o entendimento das características éticas que constroem o jornalismo profissional, valorizando-o como forma de conhecimento.

Metodologia: preveem-se vários formatos de ações pedagógicas ligadas a estruturas de universidades públicas (em princípio): cursos de extensão, cursos livres, disciplinas especiais, disciplinas de graduação e pós-graduação. A proposta foi realizada inicialmente na disciplina “Tópicos especiais I: A Amazônia contemporânea”, com um crédito e 15h, durante aproximadamente um mês, para alunos e alunas do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (PPGMade/UFPR), instituição em que se desenvolveu a presente pesquisa de pós-doutorado. Esboça-se abaixo o plano de ensino da disciplina, como forma de ilustrar a proposta de EAA no contexto prático da educação universitária:

1) Definição do conteúdo programático sobre a Amazônia contemporânea com foco no ambiente e na sociedade amazônica: pesquisa de reportagens jornalísticas aprofundadas, artigos científicos e relatórios em canais de jornalismo profissional, pesquisa científica e jornalismo alternativo

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 2: 233-248, 2025.

(profissional) da região. Principais temas: política local dos estados e municípios amazônicos; pesquisas de universidades amazônicas; economia extrativista; agronegócio; crise ambiental, emergência climática e suas consequências na região; facções criminosas no território amazônico; violência urbana e no campo; cidades amazônicas; povos originários, povos tradicionais e suas culturas; histórias de vida; geopolítica da Amazônia; relatórios de instituições de pesquisa e organizações não-governamentais; mercado de carbono; reservas ambientais e terras indígenas; educação na Amazônia; bioeconomia; turismo na Amazônia; ecoturismo; queimadas; poluição do ar.

2) Aulas expositivas e dialogadas sobre os temas escolhidos, tendo como pano de fundo as reportagens jornalísticas aprofundadas e artigos científicos. Discussão dos textos. Debates com a participação presencial ou remota de pesquisadores/as que conduzem pesquisas na Amazônia.

3) Breve introdução ao Jornalismo: prática jornalística; ética; produção de material jornalístico em texto, audiovisual e multimídia.

4) Pesquisa de pautas para os trabalhos finais dos alunos e alunas, a fim de produzir conhecimento por meio do jornalismo.

5) Avaliação: produção de trabalhos educativo-jornalísticos que possam ser usados em atividades de EAA.

6) Resultado previsto: publicação de material educativo-jornalístico em redes sociais e outras plataformas.

Exemplos de conteúdo a ser utilizado em EAA, como forma de iniciar as ações pedagógicas com informações atuais, provenientes de fontes confiáveis:

- "Desmanche de territórios indígenas e de unidades de conservação no novo arco de desmatamento em Rondônia/Brasil e Beni/Bolívia (2018-2020)" (Novoa Garzon; Silva; Ribeiro, 2022);
- "Extremos climáticos na Amazônia: aumento de secas e inundações no estado brasileiro do Acre" (Silva *et al.*, 2023);
- "Uma BR-319 no meio do caminho" (site Amazônia Real);
- Relatório "O futuro climático da Amazônia" (Nobre, 2014).

Conclusão

O artigo trouxe fundamentação e organizou a proposta da EAA, indicando uma pesquisa que vai verificá-la e detalhá-la, mediante o início das atividades em disciplinas e cursos. Cumpru-se o objetivo de desenvolvimento de hipóteses, premissas e aprimoramento de ideias, abrindo caminho para outras atividades de pesquisa e ensino. Compreende-se a EAA como interface entre Comunicação/Jornalismo e Educação Ambiental, comprometida com uma postura crítica e ética no debate da QAA.

O jornalismo como forma de conhecimento constitui um dos fundamentos da proposta, na medida em que contribui para a compreensão da Amazônia como um todo, por meio da síntese. No caso de uma questão

complexa como a QAA, conclui-se que a EAA pode usufruir dos seguintes aspectos do jornalismo: capacidade de síntese, atualidade, primazia do interesse público, exatidão da informação, objetividade, credibilidade, linguagem jornalística multimídia próxima à linguagem das redes sociais.

Presume-se que a síntese sobre a Amazônia possibilite a observação das grandes forças políticas em ação na região, contribuindo para o exercício da democracia. Pautar o conteúdo das ações de EAA pela dinâmica do jornalismo direciona a compreensão estrutural da QAA, produzindo sentidos e material educativo-jornalístico passível de ser usado em redes sociais e em outras formas de construção de conhecimento.

Referências

ALSINA, Miquel R. **A construção da notícia**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

ARAGÓN, Luis Eduardo. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. **Revista NERA**, Presidente Prudente (SP), ano 21, n. 42, p. 14–33, dossiê, 2018.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**: as técnicas do jornalismo. 4.ed. São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BITTENCOURT, Maurício Pimentel Homem de. **Jornalismo e Ambiente na Amazônia**. Rio Branco: ArteSam, 2018.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 06 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Amazônia Sustentável**: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008.

CANAVILHAS, João. Hipertextualidade: novas arquiteturas noticiosas. In: CANAVILHAS, João (org.). **Webjornalismo**: 7 características que marcam a diferença. Covilhã, Portugal: UBI, Labcom, 2014. p. 3-24 Disponível em: <https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404_webjornalismo_jcanavilhas.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2024

COX, Robert. **Environmental communication and the public sphere**. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 2009.

DEL VECCHIO DE LIMA, Myrian R.; SILVA JÚNIOR, Pedro; LOOSE, Eloísa B.; MEI, Danielle S.; SCHNEIDER, Thaís C.; DUARTE, Valéria Souza. A comunicação ambiental e suas potencialidades no enfrentamento dos dilemas socioambientais. Curitiba, UFPR/PPGMade: **Desenvolv. e Meio Ambiente**, v. 34, p. 75-84, ago. 2015.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2022.

DUARTE, Valeria S.; LIMA, Myrian Del Vecchio de. Comunicação, educação e meio ambiente: uma análise das interfaces presentes na educomunicação socioambiental. In: LIMA, Myrian Del Vecchio de; CONTANI, Miguel Luiz; ALVES, Alan R.; ALVES, João Batista; SILVA, Pedro Junior da (Orgs.) **Reflexões socioambientais: interfaces**. Londrina: Mecenaz, 2014.

FREITAS, Marcílio de; FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. **Sustentabilidade como paradigma: cultura, ciência e cidadania**. Petrópolis: Vozes, 2016.

KLUNK, Luzia; MAZZARINO, Jane; TURATTI, Luciana. O educador ambiental do projeto Cultivando Água Boa da Bacia Hidrográfica do Paraná III. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 13, nº 3, p. 10-25, 2018.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1985.

LOVEJOY, Thomas E.; NOBRE, Carlos. Ponto de inflexão da Amazônia. Editorial. **Avanços da Ciência**, vol. 4, nº 2, p.1, fev. de 2018.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. 2.ed. São Paulo: Summus, 1988.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação: comunicação e pedagogia dos afetos**. São Paulo: Paulus, 2006.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? **Bocc** – Biblioteca on line de ciências da comunicação. Covilhã, PT: UBI, 1997, disponível em <<http://bocc.ufp.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2024.

MELLO, Neli Aparecida de. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.

MORAES, Fabiana. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. **Revista Extraprensa**, São Paulo, Brasil, v. 12, n. 2, p. 204–219, 2019.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2000.

NOBRE, Antonio D. **O futuro climático da Amazônia: relatório de avaliação científica**. São José dos Campos (SP): ARA: CCST-Inpe: Inpa, 2014.

NOVOA GARZON, Luis Fernando; SILVA, Daniele Severo; RIBEIRO, Maíra Silva. Desmanche de territórios indígenas e de unidades de conservação no novo arco de desmatamento em Rondônia/Brasil e Beni/Bolívia (2018-2020). **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 60, Seção especial, p. 116-142, jul./dez. 2022.

PENA-VEGA, Alfredo. **Os sete saberes necessários à educação sobre mudanças climáticas**. São Paulo: Cortez Editora, 2023.

PORTELLA, Diego Augusto Pereira da Costa *et al.* A importância da Amazônia na dinâmica climática do centro-sul brasileiro: influência nas dinâmicas ambientais e socioeconômicas. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 9, nº 19, p. 66-86, set-dez de 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, amazônias**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita**. Brasília: Senado Federal, 2005.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, Sonaira Souza da *et al.* Extremos climáticos na Amazônia: aumento de secas e inundações no estado brasileiro do Acre. **Perspectives in Ecology and Conservation**. Vol. 21, nº 4, p. 311-317, out-dez de 2023.

TILIO NETO, Petrônio de. **Soberania e ingerência na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2010.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Volume I. Florianópolis: Insular, 2004.

UMA BR-319 NO MEIO DO CAMINHO. **Amazônia Real**. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/especiais/br-319/>>. Acesso em: 13 jul. 2024.